Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32127

A GEOGRAFIA DA CRIMINALIDADE URBANA: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NO ESTADO DO PARÁ

THE GEOGRAPHY OF URBAN CRIME: ANALYSIS OF THE SPATIAL DISTRIBUTION OF VIOLENCE RATES IN THE STATE OF PARÁ

Elton Rafael Gemaque da Silva[1]
Israel Barbosa Braga[2]

RESUMO: Examinar a dinâmica delituosa nas metrópoles contemporâneas requer colocar o foco sobre a forma como o traçado geográfico e a ocupação do solo determinam bolsões de homicídios. Este artigo investiga a incidência de mortes violentas no Pará, demonstrando que a ausência histórica de saneamento e transporte nas franjas urbanas cria um terreno fértil para grupos armados. Para sustentar essa premissa, o texto triangula análises teóricas sobre a expansão das cidades amazônicas e a vulnerabilidade de populações empobrecidas. O material examinado comprova que o isolamento físico de certas comunidades decorre de falhas estruturais de planejamento, gerando um ambiente propício ao narcotráfico. Afasta-se a visão simplista de que o problema se resolve apenas com repressão policial, defendendo que a transformação do território depende de investimentos públicos maciços em infraestrutura e inclusão social.

Palavras-chave: Geografia urbana. Criminalidade. Violência letal. Estado do pará. Segregação socioespacial.

ABSTRACT: Examining criminal dynamics in contemporary metropolises requires focusing on how geographical layout and land use determine clusters of homicides. This article investigates the incidence of violent deaths in Pará, demonstrating that the historical absence of sanitation and transportation in urban fringes creates fertile ground for armed groups. To support this premise, the text triangulates theoretical analyses regarding the expansion of Amazonian cities and the vulnerability of impoverished populations. The examined material proves that the physical isolation of certain communities stems from structural planning failures, generating an environment favorable to drug trafficking. The simplistic view that the problem can be resolved solely through police repression is discarded, arguing instead that the transformation of the territory depends on massive public investments in infrastructure and social inclusion.

Keywords: Urban geography. Crime. Lethal violence. State of pará. Socio-spatial segregation.

[1] Autor. Pós-graduação lato sensu em Ensino da Geografia (Faculdade Iguaçu).
[2] Coautor. Pós-graduação lato sensu em Inteligência Policial (Faculdade Iguaçu).

1 INTRODUÇÃO

A expansão demográfica desordenada nos centros urbanos amazônicos reconfigurou profundamente as dinâmicas territoriais, acentuando disparidades socioeconômicas que impactam diretamente a segurança pública regional. Compreender o fenômeno da violência nas cidades exige examinar as matrizes espaciais que determinam a concentração de delitos letais em determinados bairros e regiões metropolitanas (VASCONCELOS, 2025, p. 45). Essa perspectiva geográfica demonstra que o espaço urbano não atua como mero cenário neutro, mas como um produto social repleto de fraturas que condicionam comportamentos cotidianos.

No estado do Pará, o modelo histórico de ocupação consolidou barreiras marcantes entre áreas centrais estruturadas e periferias abandonadas à própria sorte institucional. Os estudos geográficos evidenciam que a criminalidade urbana se alimenta justamente dessas fraturas socioespaciais, utilizando o isolamento físico de certas comunidades para expandir redes ilícitas de comércio de drogas (VASCONCELOS, 2025, p. 45). A ausência de investimentos públicos contínuos debilita os laços comunitários tradicionais e abre espaço para o surgimento de poderes armados locais.

O presente estudo investiga como os fatores geográficos e a configuração espacial influenciam a concentração de homicídios no território paraense. O objetivo central consiste em mapear as articulações entre expansão urbana, vulnerabilidade e violência letal por meio de rigorosa fundamentação bibliográfica. Tal percurso metodológico busca evidenciar que a criminalidade reflete desigualdades territoriais históricas profundamente enraizadas na Amazônia contemporânea.

2 METODOLOGIA

A presente investigação científica fundamenta-se nos preceitos teóricos e operacionais delineados por Marconi e Lakatos (2021) no que tange aos procedimentos metodológicos aplicados às ciências sociais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, priorizando a revisão bibliográfica como instrumento central para a construção do conhecimento acadêmico. Marconi e Lakatos (2021) explicam que a pesquisa bibliográfica exige um processo sistemático de seleção, leitura crítica e fichamento de artigos científicos e livros publicados em bases especializadas.

O percurso metodológico estruturou-se em etapas sucessivas, começando pelo levantamento de produções teóricas recentes acerca da expansão urbana na Amazônia e da

distribuição espacial da violência letal. Conforme orientam Marconi e Lakatos (2021), a coleta de dados secundários demanda critérios rigorosos de validação para assegurar a confiabilidade das fontes utilizadas na fundamentação analítica. Desse modo, priorizaram-se publicações indexadas entre os anos de 2021 e 2026, garantindo o alinhamento temporal e a atualidade das discussões científicas sobre segurança pública no estado do Pará.

A etapa seguinte consistiu na análise crítica e cruzada do material selecionado, buscando identificar convergências teóricas e lacunas empíricas sobre o tema investigado. Segundo Marconi e Lakatos (2021), a interpretação dos dados bibliográficos exige do pesquisador distanciamento crítico para correlacionar conceitos abstratos, como segregação e vulnerabilidade, às evidências empíricas constatadas nos centros urbanos. Por fim, a redação seguiu as normas técnicas vigentes para comunicação científica, assegurando coerência argumentativa e fidelidade metodológica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As transformações econômicas recentes redefiniram os vetores de crescimento das cidades amazônicas, gerando periferias distantes dos centros de emprego e desprovidas de equipamentos coletivos. Esse modelo de desenvolvimento urbano fragmentado enfraquece os laços comunitários tradicionais e eleva expressivamente os índices de vitimização juvenil nas áreas mais vulneráveis da região metropolitana (TRINDADE JÚNIOR; CORRÊA, 2023, p. 120). A especulação imobiliária e a falta de planejamento estratégico empurram as populações de baixa renda para zonas de expansão precarizada, onde a ausência de transporte público de qualidade e de opções de lazer aprofunda o isolamento social e amplia a exposição a dinâmicas de violência cotidiana.

Os especialistas destacam que os homicídios se concentram de maneira persistente em zonas caracterizadas por precariedade habitacional e índices elevados de exclusão social formal (TRINDADE JÚNIOR; CORRÊA, 2023, p. 120). O mapeamento espacial da criminalidade corrobora essa constatação ao revelar que os maiores coeficientes de mortalidade violenta recaem justamente sobre bairros periféricos que acumulam déficits históricos em saneamento básico, iluminação pública e policiamento comunitário efetivo. Essa distribuição desigual dos crimes reflete a incapacidade do Estado em garantir uma presença institucional equânime, abrindo espaço para que o território seja reorganizado a partir de lógicas informais e ilegais de poder.

Além dos fatores estruturais e econômicos, a dimensão espacial da violência urbana dialoga fortemente com construções identitárias, de gênero e de raça na Amazônia. As investigações acadêmicas ressaltam que a circulação de jovens por determinados espaços urbanos estigmatizados acentua os riscos de exposição a mortes violentas e conflitos armados (PINTO; RIBEIRO; CHAGAS, 2026, p. 42). Jovens negros e residentes na periferia enfrentam barreiras invisíveis que limitam sua mobilidade urbana e os expõem a abordagens policiais estigmatizantes, bem como à cooptação por redes criminosas que exploram a falta de perspectivas educacionais e profissionais na juventude.

O mapeamento dos índices criminais no Pará confirma que o espaço geográfico não funciona apenas como um mero palco passivo, mas como um elemento ativo que reproduz e intensifica as desigualdades e a insegurança pública (LIMA et al., 2021, p. 20). A cartografia do crime demonstra que as redes de narcotráfico utilizam a compartimentação dos bairros periféricos para estabelecer rotas de fuga, pontos de comércio de entorpecentes e barreiras territoriais que fragmentam ainda mais o tecido urbano. Essa dinâmica territorial gera um ciclo vicioso em que o medo restringe a circulação dos moradores, enfraquecendo a vida pública comunitária e consolidando enclaves fortificados de segregação.

A literatura especializada também aponta que a expansão das facções criminosas na região amazônica está intrinsecamente ligada à capilaridade dessas redes sobre os vazios urbanos e as áreas de vulnerabilidade socioambiental. O controle de territórios específicos nas periferias de Belém e de municípios do interior paraense consolida-se por meio da imposição de regras próprias de conduta e da resolução violenta de conflitos locais (COUTO, 2023, p. 50). Esse cenário evidencia que a geografia da criminalidade urbana no Pará possui uma forte matriz geopolítica interna, onde o domínio de microterritórios representa um ativo estratégico para a expansão de economias ilegais em âmbito regional e nacional.

Os registros cartográficos de homicídios revelam uma concentração alarmante de mortes violentas em faixas etárias específicas, associadas a contextos de exclusão escolar e à ausência de políticas públicas preventivas (BACCINO; COSTA; SANTOS, 2024, p. 380). A juventude periférica, submetida a pressões de socialização baseadas em masculinidades hegemônicas agressivas, encontra nos grupos armados uma via trágica de afirmação identitária e sobrevivência econômica imediata, perpetuando o ciclo geracional da violência letal.

A articulação entre segregação residencial e criminalidade violenta exige, portanto, uma revisão crítica dos paradigmas tradicionais de segurança pública no estado. As políticas estatais

de enfrentamento à criminalidade têm oscilado historicamente entre intervenções policiais de caráter ostensivo e o completo desamparo social das áreas de risco, negligenciando a necessidade de reformas estruturais no espaço urbano (CARDOSO; SILVA, 2022, p. 52). A eficácia no combate à violência letal depende impreterivelmente da superação da lógica de exclusão territorial, integrando ações policiais de inteligência a investimentos maciços em infraestrutura urbana, habitação digna e oportunidades educacionais para os jovens das periferias.

As pesquisas analisadas demonstram ainda que a fragmentação do espaço urbano paraense favorece a consolidação de territórios de exceção, onde os direitos de cidadania são sistematicamente violados tanto pela ação de criminosos quanto pela precariedade dos serviços públicos essenciais. A produção desses territórios de resistência urbana e vulnerabilidade evidencia que a violência letal não constitui um evento isolado, mas o desdobramento trágico de um processo histórico de espoliação e desigualdade socioespacial (VASCONCELOS, 2025, p. 52). Desse modo, o entendimento acurado da geografia da criminalidade urbana no Pará revela-se indispensável para a formulação de políticas públicas capazes de transformar a cidade em um espaço de integração, justiça social e plena garantia de direitos fundamentais.

A expansão desordenada das fronteiras urbanas na Amazônia também impulsiona transformações profundas na morfologia socioespacial das cidades, convertendo áreas de preservação e vazios demográficos em periferias precarizadas. Esse processo resulta na formação de enclaves urbanos isolados, onde a ausência de infraestrutura básica e de serviços públicos municipais restringe a mobilidade e as oportunidades econômicas dos moradores (CARDOSO; SILVA, 2022, p. 55). A literatura aponta que a precarização habitacional e a carência de equipamentos coletivos geram um terreno fértil para a reprodução de vulnerabilidades sociais crônicas, que acabam por convergir em bolsões de criminalidade e violência letal.

Os desdobramentos dessa configuração territorial revelam que o Estado, ao omitir-se na provisão de direitos fundamentais nestas zonas de expansão, cede espaço para a consolidação de governanças paralelas baseadas na coerção e no uso da força. As dinâmicas do narcotráfico regional aproveitam-se dessa lacuna institucional para estabelecer monopólios territoriais e regular informalmente a vida cotidiana nas comunidades periféricas (COUTO, 2023, p. 52). A cartografia dos crimes violentos demonstra que a incidência de homicídios nestes espaços acompanha de perto as disputas de rotas e microterritórios entre facções criminosas, evidenciando que a violência letal urbana possui uma forte raiz geopolítica interna.

A dimensão demográfica e geracional da criminalidade urbana no Pará evidencia um perfil de vitimização bastante delimitado, recaindo sobremaneira sobre jovens do sexo masculino residentes em bairros periféricos. As pesquisas indicam que a exposição desses indivíduos à violência letal resulta de uma combinação perversa entre evasão escolar, desemprego estrutural e a ausência de políticas públicas de prevenção e atendimento à juventude (BACCINO; COSTA; SANTOS, 2024, p. 385). Desprovidos de alternativas legítimas de ascensão social, muitos jovens acabam absorvidos por redes ilícitas que oferecem falso pertencimento e proteção imediata, perpetuando o ciclo geracional de conflitos armados nas periferias metropolitanas.

As interações entre construções de gênero, masculinidades e ocupação do espaço urbano constituem outro eixo analítico indispensável para compreender a geografia da violência na região. Os estudos sobre o tema apontam que a socialização de jovens em contextos de extrema vulnerabilidade fomenta a adesão a códigos de honra violentos e à necessidade de afirmação territorial por meio da força (PINTO; RIBEIRO; CHAGAS, 2026, p. 48). Essa dinâmica comportamental, somada à estigmatização policial que recai sobre os moradores de áreas periféricas, eleva exponencialmente os riscos de confrontos fatais e consolida a percepção de que a cidade é um território fraturado por barreiras simbólicas e físicas intransponíveis.

A análise dos registros oficiais de segurança pública confirma que as políticas estatais de enfrentamento à criminalidade, quando pautadas exclusivamente em ações repressivas de curto prazo, revelam-se insuficientes para alterar o panorama da violência letal no estado. A literatura especializada defende que a intervenção policial desacompanhada de reformas estruturais no espaço urbano apenas desloca temporariamente os focos de criminalidade, sem desarticular as bases econômicas e logísticas das redes criminosas instaladas nas periferias (LIMA et al., 2021, p. 25). A superação desse quadro crítico demanda um planejamento territorial integrado que combine inteligência de segurança pública com investimentos maciços em saneamento, educação, transporte e geração de renda.

A consolidação de territórios de exceção e resistência urbana na Amazônia paraense evidencia que a violência não constitui um desvio aleatório, mas um componente estrutural do atual modelo de desenvolvimento excludente. A análise da distribuição espacial dos índices criminais demonstra que transformar a realidade da segurança pública exige encarar a cidade como um espaço coletivo de direitos, onde a redução das disparidades socioespaciais e a

efetivação da cidadania plena representam os pilares indispensáveis para a construção de uma ordem urbana pacífica e democrática (VASCONCELOS, 2025, p. 48).

A consolidação de redes criminosas transnacionais e regionais na Amazônia legal tem reconfigurado de maneira drástica a topografia da violência letal nos centros urbanos paraenses. Conforme apontam as análises cartográficas recentes, a disputa acirrada por rotas de escoamento fluvial e terrestre de entorpecentes transforma bairros periféricos de Belém e de municípios polares do interior em verdadeiros campos de batalha informais (COUTO, 2023, p. 55). Essa dinâmica demonstra que a criminalidade organizada não atua de forma dispersa, mas elege locais específicos com alta vulnerabilidade socioeconômica para instalar centros de distribuição, refúgios e bases operacionais que desafiam diretamente a soberania do Estado.

O impacto desse cenário sobre a população local traduz-se em um cotidiano marcado pelo medo, pela restrição à livre circulação e pela perda progressiva de espaços públicos de convivência comunitária. Os moradores dessas áreas marginalizadas vivenciam uma dupla pressão: de um lado, submetem-se às regras arbitrárias impostas por facções armadas que controlam o território; de outro, enfrentam operações policiais frequentemente marcadas pela ausência de diretrizes comunitárias de proximidade (CARDOSO; SILVA, 2022, p. 58). Essa espoliação do direito à cidade aprofunda a exclusão social e consolida a percepção de que as periferias urbanas funcionam como zonas de descarte populacional e negligência institucional sistêmica.

A vulnerabilidade específica da juventude periférica diante desse panorama de violência letal ganha contornos dramáticos quando se examinam os recortes de raça, gênero e classe que estruturam a sociedade paraense. Os estudos focados na demografia dos homicídios comprovam que a letalidade atinge predominantemente jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho formal (PINTO; RIBEIRO; CHAGAS, 2024, p. 238). A ausência de políticas públicas preventivas voltadas para a educação integral, o esporte, a cultura e a geração de renda empurram esses jovens para uma situação de extrema exposição frente às ofertas de inserção econômica nas fileiras do crime organizado.

As construções socioculturais em torno da masculinidade e da honra territorial exercem um peso considerável sobre as escolhas e os riscos cotidianos assumidos pelos adolescentes nas periferias amazônicas. A necessidade de afirmação perante os pares em ambientes urbanos degradados estimula comportamentos de enfrentamento que elevam exponencialmente as chances de envolvimento em conflitos armados fatais (BACCINO; COSTA; SANTOS, 2024,

p. 390). Essa constatação reforça a necessidade de que as intervenções estatais transcendam o âmbito estritamente punitivo, incorporando programas socioeducativos e de saúde mental que dialoguem diretamente com as realidades subjetivas e territoriais dessa população vulnerável.

As pesquisas econômicas e sociais sobre a expansão urbana na Amazônia demonstram, por conseguinte, que o modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas priorizou a concentração de investimentos em áreas centrais e eixos comerciais voltados para a exportação, relegando os assentamentos populares à própria sorte. Essa assimetria na distribuição de infraestrutura urbana gera um efeito cascata que culmina na proliferação de assentamentos informais desprovidos de saneamento, iluminação adequada e policiamento ostensivo humanizado (TRINDADE JÚNIOR; CORRÊA, 2023, p. 125). A criminalidade floresce exatamente nos interstícios deixados por essa ausência de planejamento estatal integrado, encontrando nos vazios urbanos o terreno ideal para a reprodução de suas atividades ilícitas.

Diante de evidências tão contundentes, torna-se imperativo repensar a formulação das políticas de segurança pública no estado do Pará, integrando-as indissociavelmente às diretrizes de planejamento urbano e desenvolvimento regional. A literatura científica converge ao apontar que a mera intensificação de operações repressivas, desacompanhada de investimentos estruturais em saneamento, habitação, transporte e inclusão produtiva, produz apenas efeitos paliativos e passageiros (LIMA et al., 2021, p. 28). A superação definitiva dos elevados índices de violência letal na região exige um pacto federativo que coloque a dignidade humana, a justiça socioespacial e a garantia plena de direitos no centro da agenda governamental para as cidades amazônicas.

A compreensão aprofundada da geografia da criminalidade urbana no Pará exige também examinar os impactos das transformações econômicas regionais sobre a dinâmica imobiliária e a especulação do solo urbano. O crescimento de grandes metrópoles amazônicas tem sido acompanhado por processos de gentrificação e expulsão das populações de baixa renda para as franjas mais distantes e desassistidas dos municípios. Esse deslocamento forçado rompe redes de solidariedade comunitária e agrava a vulnerabilidade social nas novas periferias, criando caldros de cultura propícios para a intensificação de conflitos interpessoais e a proliferação de economias ilegais (VASCONCELOS, 2025, p. 50). A cartografia dos delitos revela que os eixos de expansão urbana coincidem frequentemente com as zonas de maior registro de crimes violentos contra a vida.

A articulação entre o narcotráfico e as instâncias locais de poder informal demonstra que a criminalidade organizada atua como um agente reorganizador do espaço urbano na Amazônia. Nas áreas periféricas desprovidas de policiamento comunitário e de serviços sociais básicos, as facções impõem toques de recolher, resolvem litígios cotidianos e controlam a circulação de mercadorias e pessoas, usurpando funções que competem legitimamente ao Estado (COUTO, 2023, p. 58). Essa soberania fragmentada debilita o tecido democrático local e transforma o território em um labirinto de barreiras invisíveis, onde o direito fundamental à livre circulação é cotidianamente violado pelas leis impostas pelo crime.

A análise demográfica da violência letal evidencia ainda que a mortalidade de jovens negros e periféricos reflete um racismo institucional enraizado nas práticas de controle social e nas abordagens de segurança pública. Os estudos de segurança pública ressaltam que a cartografia dos homicídios dialoga diretamente com a distribuição espacial das operações policiais de caráter ostensivo, sugerindo que a resposta do Estado muitas vezes reproduz a lógica da exclusão em vez de mitigá-la (LIMA et al., 2021, p. 30). Essa dinâmica gera um profundo distanciamento entre as comunidades marginalizadas e as instituições policiais, dificultando a obtenção de inteligência investigativa e alimentando um ciclo contínuo de desconfianza mútua.

As investigações voltadas para a juventude urbana apontam que a superação desse quadro alarmante passa necessariamente pela criação de redes de proteção social que alcancem os espaços de sociabilidade juvenil, como escolas públicas periféricas, praças e centros comunitários. Quando o Estado ausenta-se desses locais, deixando-os sob o domínio de redes criminosas, os adolescentes perdem as referências institucionais de cidadania e buscam proteção em estruturas paralelas de poder (BACCINO; COSTA; SANTOS, 2024, p. 395). Investir em educação em tempo integral, cultura, esporte e qualificação profissional nas zonas de maior vulnerabilidade é apontado pela literatura como medida imprescindível para estancar o recrutamento precoce de jovens pelo crime.

A fragmentação institucional e a falta de cooperação federativa entre municípios da região metropolitana e o governo estadual agravam ainda more a ineficácia das políticas de prevenção à criminalidade. Muitas vezes, os limites político-administrativos entre municípios funcionam como verdadeiras barreiras para a atuação coordenada das forças de segurança e dos órgãos de assistência social, permitindo que a criminalidade migre facilmente de uma cidade para outra (CARDOSO; SILVA, 2022, p. 62). A superação desse obstáculo requer a

implementação de instâncias metropolitanas de gestão integrada, capazes de planejar o território e executar políticas públicas de forma articulada e contínua.

Em síntese, os resultados discutidos ao longo desta pesquisa evidenciam que a violência letal no Pará não constitui um fenômeno isolado ou puramente policial, mas a expressão dramática de um modelo de desenvolvimento urbano excludente. A geografia da criminalidade reflete com precisão cirúrgica as desigualdades históricas na distribuição de riquezas, infraestrutura e oportunidades na Amazônia, atestando que a segurança pública só alcançará eficácia duradoura quando articulada a um projeto robusto de justiça socioespacial e emancipação cidadã (VASCONCELOS, 2025, p. 55).

A reflexão sobre a eficácia das intervenções estatais na Amazônia revela a urgência de transitar de um modelo punitivo reativo para uma práxis preventiva fundamentada na produção contínua de conhecimento geoespacial. Os planejadores urbanos e especialistas em segurança pública argumentam que o mapeamento sistemático dos fatores criminógenos permite otimizar a alocação de recursos públicos, direcionando programas sociais e efetivos de policiamento comunitário para os exatos quadrantes de maior vulnerabilidade letal (LIMA et al., 2021, p. 22). Sem esse diagnóstico pautado na realidade do território, as ações governamentais correm o risco de atuar apenas sobre os sintomas superficiais da criminalidade, ignorando as causas estruturais que alimentam a violência nas metrópoles paraenses.

As pesquisas sobre habitação e regularização fundiária demonstram que a garantia de títulos de propriedade e a urbanização de assentamentos precários desempenham um papel pacificador relevante nas periferias urbanas. A inserção formal dos bairros periféricos na malha urbana oficial rompe o isolamento físico que protege as redes criminosas e facilita o acesso de serviços essenciais, como coleta de lixo, saneamento e transporte regular (TRINDADE JÚNIOR; CORRÊA, 2023, p. 128). Essa integração espacial diminui o estigma territorial associado a essas comunidades e devolve aos moradores a sensação de pertencimento à cidade formal, enfraquecendo os alicerces simbólicos e materiais do poder paralelo.

A dimensão cultural e simbólica da violência urbana também merece destaque na análise das dinâmicas regionais, uma vez que a estigmatização dos moradores de periferia reverbera nas oportunidades de inserção laboral da juventude. Jovens que carregam o endereço de bairros marcados por altos índices de homicídios enfrentam barreiras discriminatórias em processos seletivos de emprego, o que realimenta o vetor da exclusão econômica e empurra parcela expressiva dessa população para a informalidade ou para a economia ilegal (PINTO; RIBEIRO;

CHAGAS, 2024, p. 240). Desconstruir esses preconceitos socioespaciais por meio de campanhas públicas e incentivos fiscais para empresas que contratem moradores de áreas vulneráveis constitui estratégia complementar indispensável para a desmobilização das redes criminosas.

A cooperação entre universidades públicas, institutos de pesquisa e órgãos de segurança do estado tem se mostrado um diferencial estratégico na formulação de políticas públicas baseadas em evidências empíricas rigorosas. A produção acadêmica sobre a Amazônia urbana fornece os subsídios teóricos necessários para que os gestores públicos compreendam que o crime não é uma fatalidade natural, mas o subproduto de escolhas políticas e econômicas excludentes ao longo do tempo (VASCONCELOS, 2025, p. 48). O diálogo permanente entre a academia e as forças operacionais assegura que o combate à criminalidade letal caminhe lado a lado com a expansão dos direitos sociais e da cidadania na região.

A articulação entre políticas de saneamento, iluminação pública, mobilidade e segurança cidadã forma, portanto, um ecossistema indissociável para a pacificação dos centros urbanos paraenses. Onde o Estado se faz presente com infraestrutura de qualidade e equipamentos públicos dinâmicos, a criminalidade organizada perde terreno e capacidade de cooptação juvenil (COUTO, 2023, p. 60). A superação do ciclo atual de violência urbana no Pará exige coragem política para reformar os marcos tradicionais do planejamento urbano, colocando a vida humana e a justiça territorial no centro das prioridades governamentais para o século XXI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida ao longo deste artigo permitiu evidenciar que a criminalidade urbana no estado do Pará está profundamente enraizada nas dinâmicas de segregação socioespacial e na expansão desordenada das cidades amazônicas. A distribuição espacial dos índices de violência letal não se configura como um evento casual, mas como o reflexo direto de desigualdades históricas na distribuição de infraestrutura, oportunidades econômicas e serviços públicos essenciais entre o centro e as periferias. Ficou demonstrado que o espaço geográfico atua de maneira ativa na reprodução da insegurança, servindo como elemento facilitador para a fixação de redes ilícitas de narcotráfico e para a exploração de populações vulneráveis, especialmente a juventude periférica.

Os resultados obtidos através da revisão bibliográfica reforçam a urgência de repensar as estratégias tradicionais de segurança pública, superando a visão restrita centrada exclusivamente no aparato repressivo policial. O enfrentamento efetivo da violência letal nos

centros urbanos paraenses requer a articulação indissociável entre políticas de segurança cidadã, planejamento urbano integrado e investimentos sociais voltados para a redução das disparidades territoriais. Garantir o direito à cidade e a inclusão produtiva dos jovens nos bairros periféricos constitui condição necessária para desmantelar as bases geográficas e estruturais que sustentam a criminalidade contemporânea na Amazônia, promovendo um ambiente urbano mais seguro, justo e integrado para toda a população.

REFERÊNCIAS

BACCINO, Marcelo Pamplona; COSTA, Samara Viana; SANTOS, Naiara Videira dos. Cartografia do crime: homicídios contra adolescentes na periferia de Belém-PA. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 27, n. 2, p. 375-397, 2024. Disponível em: https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/12939. Acesso em: 31 jul. 2026.

CARDOSO, Ana Cristina de Souza; SILVA, J. M. da. Segregação socioespacial e expansão urbana em cidades da Amazônia: reflexões sobre Belém e sua região metropolitana. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 25, n. 61, p. 45-68, 2022. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9120. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.47946/rnera.v25i61.9120.

CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva; LOBO, Marco Aurélio Arbage. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/ vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20180126, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/R7hbSpymXbtQPy5L3yN66Ft/. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180126.

COUTO, Aiala Colares. Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 11, n. 22, p. 46-68, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/13828. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.18542/geo.v11i22.13828.

LIMA, Renato Sérgio de et al. O mapa dos homicídios no Brasil e os fatores associados à violência letal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 12-31, 2021. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1085. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.35222/2cef-9423.2021.1085.

PINTO, Pedro Israel Mota; RIBEIRO, Willame de Oliveira; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Homossociabilidade, Masculinidade Nociva e Mortes Violentas de Jovens Homens em Belém–PA. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 15, n. 2, p. 227-243, 2024. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/21866. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.15.i2.0011.

PINTO, Pedro Israel Mota; RIBEIRO, Willame de Oliveira; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Jovens homens e a violência na cidade: as relações entre sexualidade e espacialidade urbana na Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 38-55, 2026. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/2013. Acesso em: 31 jul. 2026.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C.; CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva. A metagestão do território e as novas centralidades urbanas em Belém (PA): fragmentação e conflitos socioespaciais. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 18, n. 33, p. 112-135, 2023. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cidades/article/view/9345. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.36611/revcidades.v18i33.9345.

VASCONCELOS, André Felipe dos Santos. Produção de territórios de resistência urbana amazônica: análise de Belém, Pará. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 27, e20256241548, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/4S8RvhHztxWNbdFnPPMT4fM/. Acesso em: 31 jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/2236-9996.2025-6241548-pt.